

# Fissuras de Uma Nação: um estudo do caso da integração de imigrantes do Magrebe e de seus descendentes na França contemporânea

Camilla Soares Alves<sup>1</sup>

## Resumo

A presente pesquisa se propõe a analisar, sob uma ótica pós-colonial, o processo de integração de imigrantes e de seus descendentes no território francês, com ênfase naqueles de origem magrebina. Parte-se de uma pesquisa sobre nacionalismo, pós-colonialismo e modelos de integração, e da análise de documentos do governo francês e de organizações internacionais, para observar como a França integrou essas populações, suas intenções e problemáticas. A pesquisa evidencia a relação formada entre os jovens franco-magrebins e a estrutura social francesa ao apresentar os casos da Marcha pela igualdade e contra o racismo (1983), as revoltas nos subúrbios franceses de 2005, além de lançar luz à situação dessas populações no aniversário de trinta anos da Marcha, em 2013. Para desenvolver tal trabalho tem-se o aporte teórico das obras de: Ernest Gellner (1996), Ernest Renan (2006), Arjun Appadurai (1997), Aimé Césaire (2000), Christophe Bertossi (2007), Sabine Choquet (2017), Dominique Schnapper (2008), Didier Lapeyronnie (1987), Catherine Wihtol de Wenden (2011), entre outros.

**Palavras-chave:** Processo de Integração, Nacionalismo, Pós-colonialismo, França, Magrebe.

## Abstract

The present work aims to analyze, from a post-colonial perspective, the process of integration of immigrants and their descents in the French territory, especially those from Maghrebian origin. Centering on nationalism, post-colonialism and integration models, and analyzing documents from the French government and from international organizations, this article observes how France has integrated these populations, its intentions and problematic points. The research highlights the relation between the young franco-maghrebians and the French social structure when presenting the cases of the march for equality and against racism (1983) and the French suburbs' riots in 2005, besides shedding light on the situation of these populations at the thirty-year anniversary of The march, in 2013. The theoretical contribution of authors like Ernest Gellner (1996), Ernest Renan (2006), Arjun Appadurai (1997), Aimé Césaire (2000), Christophe Bertossi (2007), Sabine Choquet (2017), Dominique Schnapper (2008), Didier Lapeyronnie (1987), Catherine Wihtol de Wenden (2011) and others will help to develop this research.

**Keywords:** Integration Process, Nationalism, Postcolonialism, France, Maghreb.

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: salvescamilla@gmail.com

## Introdução

De acordo com dados do Insee (*Institut national de la statistique et des études économiques*), em 2015 a população imigrante na França chegou a mais de seis milhões de pessoas. A maior parte desses migrantes é de origem africana<sup>2</sup>, principalmente da região do Magrebe, região do norte da África formada por Argélia, Marrocos e Tunísia, com Líbia e Mauritânia fazendo parte do Grande Magrebe. Essa região do norte da África fez parte do domínio colonial francês e apresenta fluxos migratórios para a França que datam da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a movimentação tinha um propósito laboral, e para compor o contingente do exército francês durante a Guerra. A presença magrebina por décadas no território francês acarretou em fenômenos que modificaram a estrutura social da nação francesa clássica<sup>3</sup>, principalmente quando houve o início do nascimento e da socialização dos filhos dos imigrantes dentro do país, criando os chamados posteriormente de “franceses no papel” – termo utilizado por Christophe Bertossi (2007) que demonstra as dificuldades enfrentadas por esses novos nacionais dentro da sociedade francesa em razão de sua origem imigrante e do passado colonial, que criou hierarquias entre as sociedades (Césaire, 2000). O período da colonização destruiu civilizações e instituiu sobre os povos colonizados situações de subjugação e humilhação que introduziram efeitos de um “princípio da ruína” (Césaire, 2000). Esses efeitos são, então, percebidos na forma como a população descendente desse fluxo migrante pós-colonial é inserida e percebida dentro do todo social francês.

A discussão presente nesse estudo faz-se necessária ao observarmos o avanço de discursos conservadores no âmbito da política internacional. Sobretudo em questões que envolvem temas como migração entre regiões que já tiveram relações coloniais – que têm efeitos prolongados no tempo (Césaire, 2000) –, é preciso se debruçar sobre casos específicos como o do modelo de integração francês e as situações da população de origem magrebina.

Com o objetivo de compreender a situação da integração social, política e cultural dos imigrantes no território francês, o presente artigo, através de análise bibliográfica em fontes primárias e secundárias, se dedica ao estudo do caso dos imigrantes de origem magrebina e de seus descendentes franceses de primeira e segunda geração. Para tanto, o trabalho tratará: (i) da concepção de nação que constrói o pensamento francês, a partir da orientação teórica de Ernest

<sup>2</sup> A porcentagem de pessoas de origem na África nesse contingente de imigrantes representava 44,6% do número de migrantes geral. Sendo a Argélia, o Marrocos e a Tunísia os países mais presentes nessa porcentagem, representando, respectivamente, 12,8%, 12% e 4,4% das imigrações africanas. Dados disponíveis em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2381755#tableau-figure2>; acesso em 07/08/2019.

<sup>3</sup> Essa nação consistiria na ideia de um corpo social coeso e uno, que tem suas bases da identidade nacional nos princípios do Estado laico e republicano. Conceitos trabalhados posteriormente no trabalho.

Renan (1882), Ernest Gellner (1996), Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (2006); (ii) dos modelos de integração possíveis, propostos por Sabine Choquet (2017) e Rogers Brubaker (2001); dos argumentos da teoria pós-colonial de Aimé Césaire (2000), Sankaran Krishna (2002) e Arjun Appadurai (1997), do próprio modelo de integração adotado pelo governo francês – seu histórico, motivações, consequências e críticas –, do peso colonial sobre as relações estabelecidas e dos casos da Marcha pela igualdade e contra o racismo, ocorrida em 1983, e das revoltas nos subúrbios franceses do outono de 2005, além de apresentar um quadro da situação francesa em 2013, trinta anos após a Marcha.

Assim, será possível discutir sobre os resultados do modelo de assimilação adotado pelo Estado francês, levando em consideração os impactos marginalizantes do processo para os imigrantes e seus descendentes, desmistificando conceitos comumente vistos como sólidos, como a concepção da nação francesa republicana em uma realidade pós-colonial, onde o corpo social francês é significativamente mais heterogêneo que aquele presente no momento da fundação da República francesa.

## O ser nacional

A noção da existência de diferentes nacionalidades é o que ocasiona o desenvolvimento de um processo de integração a partir do momento em que um imigrante se estabelece em uma sociedade, por conta das diferenças existentes entre os coletivos sociais, a existência da nação é o que motiva essa diferenciação. Segundo Hobsbawm (1990: 195), atualmente, de forma oficial, todos os Estados existentes são nações, mesmo que a própria utilização e significado do termo “nação” como entendemos sejam recentes<sup>4</sup> na história mundial. Tendo em vista a compreensão dos eventos que motivam as sociedades a formarem um mundo onde a nação é normativa, utilizaremos duas trajetórias diferentes: a de Renan (1882) sobre a formação nacional no esquecimento e na vontade e a de Gellner (1996) sobre a formação da nação na sociedade industrial avançada.

A criação da nacionalidade, segundo Ernest Renan (1882), tem como uma de suas principais bases o esquecimento de eventos violentos ocorridos no passado por parte de um agrupamento social. Esse esquecimento, somado ao desejo de permanecer unido, à memória de momentos gloriosos e à devoção por meio de esforços e sacrifícios pelo povo seriam os fatores

---

<sup>4</sup> Somente em 1884 que uma publicação do Dicionário da Real Academia Espanhola destacou que o termo “nação” se referiria a um “Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” (Hobsbawm, 1990, p.27).

componentes da nação (Renan, 1882). O corpo nacional não seria, assim, formado automaticamente pelo compartilhamento de língua, raça, religião ou geografia em um local, o princípio da nacionalidade seria um “plebiscito de todos os dias” (Renan, 1882), não sendo uma condição eterna. Assim, para fazer parte da amálgama que seria a nação francesa no sentido colocado por Renan (1882), a população migrante que se instala no território francês deveria, pelo desejo de construção da nação, ultrapassar a memória colonial anterior a sua fixação na França. Entretanto, seria possível que essa população mantivesse vivos traços singulares de sua cultura sem que isso interferisse em seu “ser nacional”.

Ernest Gellner (1996) parte da concepção da necessidade de uma homogeneidade cultural para a existência da nação. Para o autor (1996: 114 e 115) o entendimento da nação só começou a ser desenvolvido no decorrer da disseminação da “sociedade industrial avançada”, a estrutura social na qual os constantes avanços tecnológicos e inovações, principalmente os ligados à comunicação, tornam clara a necessidade de uma linguagem padronizada para que haja entendimento entre as partes. Regras de codificação se tornam obrigatórias para manusear as novas máquinas no período, gerando uma cultura superior da linguagem, proveniente da educação formal, que tornou possível a ascensão econômica e social dentro da sociedade. Algumas condições de cidadania e emprego só estariam disponíveis para aqueles inseridos nessa cultura superior, o que levaria, para o autor, a um desejo dos indivíduos de estar nessa cultura (Gellner, 1996). De acordo com Gellner (1996), assim que o nacionalismo começa a surgir, o “ser nacional” é o que permite que o sistema permaneça vigente, e os Estados nacionais seriam as unidades políticas que relacionariam o Estado a uma cultura “nacionalmente” definida. Como forma de exemplificação, podemos entender que os aspectos culturais desempenhados pela população argelina são o que mantém a nação argelina existindo, e o Estado – o governo da Argélia – é o responsável pela manutenção dessa cultura nacional.

O “ser nacional” defendido por Benedict Anderson (2006) seria uma mentalidade coletiva estabelecida e perpetuada pelos indivíduos que participam da sociedade a partir de suas experiências cotidianas. A nação seria uma comunidade política imaginada, no sentido antropológico, como observa Anderson (2006): existe a partir do momento em que os indivíduos que a compõem pensam em todos os membros dessa nação como compatriotas, mesmo que nunca venham a encontrá-los. Entretanto, como afirmam Renan (1882) e Gellner (1996), a nação não é um equipamento permanente na história, podendo ser reacomodada de acordo com as necessidades da comunidade que a compõe. Como ocorreu com as movimentações de cunho nacionalista que marcaram o final do século XX, acarretadas por

fenômenos como revoluções, intervenção de poderes externos e a descolonização (Hobsbawm, 1990). O sentido da nação não é algo imutável e igual para todos, e os Estados (e, aqui, salienta-se especificamente as ex-colônias) que se tornaram independentes após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) são exemplos disso: as fronteiras desses Estados permanecem sendo as delimitadas pela colonização, mesmo que a administração deles não seja mais a colonial, não havendo um significado nacional ou uma memória positiva de referência para seus habitantes (Hobsbawm, 1990). Nestes casos, o sentido da nação é ainda mais complexo em que se pese: a preexistência de uma comunidade anterior à colonização, o passado colonial da comunidade atual e as direções de um momento pós-colonial ainda recente. A observação do caso francês é uma dentre as diversas possibilidades do histórico colonial de países europeus no continente africano. Passaremos, a seguir, ao diálogo sobre os modelos de integração elencados por autores que compõem o aporte teórico.

### **Modelos de integração**

Existe no mundo uma pluralidade de povos, culturas, histórias e línguas que promove, quando há a entrada de indivíduos ou de grupos imigrantes em um território, uma exposição mútua de conjuntos culturais, gerando alterações no comportamento dos grupos. Essas alterações seriam fruto de um processo de aculturação (Berry *et al.*, 1989), pois o contato entre as diferentes culturas, ainda na concepção dos autores, pode provocar tanto uma reação de manutenção da própria cultura e desenvolvimento de uma distinção étnica, como também pode incentivar o contato inter-étnico com o outro. Berry *et al.* (1989) argumentam que a aculturação seria essa mudança nos padrões da cultura original após um primeiro contato. O próprio termo integração, como coloca Sabine Choquet (2017), apresenta à academia a ideia de uma aculturação não completa, um processo onde os indivíduos possam manter sua cultura enquanto internalizam aquela da sociedade anfitriã.

O entendimento entre esses corpos sociais diferentes ocorre através do processo de integração de imigrantes, um processo instituído pelos governos por meio de modelos de integração que manifestam características distintas. Neste trabalho são considerados, de forma geral, dois modelos: o modelo de integração republicano e o modelo multiculturalista. Esses modelos, expostos aqui por Choquet (2017) e Brubaker (2001), têm como objetivo a solução de problemáticas advindas da inserção dos imigrantes e de seus descendentes na sociedade anfitriã, assim como proporcionar uma maior igualdade para a sociedade como um todo.

Também denominado modelo de assimilação por Choquet (2017) e Brubacker (2001), o modelo de integração republicano tem suas bases na ideia de uma política de dignidade e de direitos iguais para todos, independentemente das diferenças culturais entre os cidadãos (Choquet 2017). Esse modelo busca não adotar políticas públicas que diferenciem as populações de origem imigrante, pois acredita que o todo da sociedade deve ser tratado da mesma forma. Somente dessa forma haveria igualdade e o corpo nacional permaneceria coeso e com um sentimento nacionalista, em razão das similaridades criadas a partir de políticas de assimilação – como a instituição de uma língua comum. As críticas ao modelo republicano apontam a ineficácia do modelo em integrar e trazer igualdade, de fato, para seus cidadãos e também questionam o ímpeto assimilacionista do modelo, ao desconsiderar as bagagens históricas e culturais dos grupos sociais ao integrá-los à sociedade (Brubacker, 2001).

Já o modelo multiculturalista tem como postulado que todos os cidadãos têm direito de viver segundo sua cultura e religião (Choquet, 2017). A igualdade dentro do corpo social, de acordo com as premissas do modelo multiculturalista, é compreendida como equidade nas oportunidades individuais distintas, por meio de políticas públicas específicas para as diversas parcelas da população que reconheçam as diferenças existentes, de acordo com cada realidade e bagagem histórica e cultural (Choquet, 2017). O modelo multiculturalista é criticado principalmente pelas alas mais conservadoras da academia, por não criar um fator de unidade nacional, por permitir uma possível fragmentação dentro da sociedade (Brubacker, 2001) em decorrência de uma falta de coesão nacional.

Independentemente de qual modelo um governo opte por seguir, o reconhecimento de uma plena integração da sociedade imigrante à sociedade anfitriã só pode ser feito se algumas lacunas sociais e econômicas forem preenchidas, como acesso ao mercado de trabalho, à moradia, à educação, participação política, entre outros (Coussey & Christensen, 1995). Como Schnapper (2008) argumenta, os processos de integração podem ser analisados dentro de aspectos de uma integração cultural e de uma integração estrutural – dimensões observadas ao longo deste trabalho. A integração cultural estaria relacionada à adoção e compartilhamento de um mesmo modelo cultural pelo todo social, enquanto que a integração estrutural é observada nos níveis de engajamento da população de origem imigrante nas mais diversas esferas sociais, como mercado de trabalho e condições de moradia.

Ambos os modelos de integração apresentados possuem suas faces positivas e negativas, e, atualmente, os Estados têm realizado um “desfoque” nos modelos como estruturas fixas (Choquet, 2017). A tendência entre os países seria adaptar as premissas de ambos os modelos

às realidades experimentadas em cada localidade em determinado momento temporal, com o objetivo de suprir possíveis lacunas deixadas por algumas das políticas aplicadas.

## O Pensamento pós-colonial

Para Aimé Césaire (2000), a barbárie institucionalizada que foi o período colonial teve efeitos negativos que continuarão a existir no longo prazo não somente sobre vítimas do processo, mas também sobre aqueles que exerceram o papel de “colonizador” – ao normalizarem a ação de “bestializar” povos, as sociedades colonizadoras se tornaram “doentes” (Césaire, 2000). As ações do período colonial, tais como a destruição de sociedades antigas, a migração forçada de populações, além da subjugação de povos, modificaram a concepção das regiões colonizadas sobre conceitos aparentemente consolidados nos Estados europeus, como a identidade e o próprio Estado-nação.

A identidade dos indivíduos nas sociedades pós-coloniais não é um conjunto de características fixas de uma pessoa, mas sim uma prática constantemente dinâmica e performativa (Krishna, 2002). Isso se deve ao fato de que essas sociedades pós-coloniais apresentam uma grande diversidade de etnias convivendo entre si, de indivíduos de origens distintas, o que torna a construção da identidade um processo contínuo. Essas pessoas diversas que vivem nos mesmos espaços precisam se ajustar entre os múltiplos fragmentos étnicos (Krishna, 2002) que as compõem. A ocorrência desse ajuste pode ser relacionada à existência do que Homi Bhabha (1998) chama de “culturas parciais”: durante as migrações dos povos no período da colonização, os indivíduos levaram consigo fragmentos das suas culturas originárias que tiveram que passar por adaptações para fazerem sentido nas novas realidades. Logo, ao chegarem nesses novos locais, começam a ocorrer os ajustes culturais e comportamentais à nova localidade.

Além de identidades mais fluidas, a compreensão do Estado-nação soberano também apresenta diferenciações no período pós-colonial. As pluralidades culturais e étnicas colocam em crise a concepção anterior desse Estado-nação sustentado na soberania territorial para formar a unidade nacional porque, até então, o que se entendia por Estado-nação demandava uma homogeneidade da população que os Estados pós-coloniais não são aptos a oferecer (Appadurai, 1997). As ondas de imigração de povos que anteriormente eram colonizados para os Estados europeus desenvolvem uma heterogeneidade no corpo social que questiona concepções do que seria a unidade e identidade nacional, visto que esses valores foram firmados



sobre lógicas que não compreendem indivíduos de origem não europeia. Para Appadurai (1997), as relações da sociedade com o seu governo que estão diretamente estruturadas no território soberano, como a lealdade e o sentimento nacional, perdem força.

Appadurai (1997) sugere que adversidades quanto a direitos culturais, imigrantes e proteção do Estado a refugiados crescem nos países porque há essa crise na noção do Estado-nação soberano. E, para o autor, essa crise se mostra muito clara na França, onde há um esforço em distinguir os franceses dos imigrantes, em especial a população argelina, que apresenta rachaduras nos ideais franceses de igualdade e cidadania (Appadurai 1997).

O fenômeno colonial deixou marcas no pensamento francês de modo que o reconhecimento da diferença, feito no modelo multiculturalista, não se encaixa nos moldes republicanos plenos exercidos pela França, por conta da ideia de hierarquização entre povos colonizados e colonizadores imposta pelo período. O próprio estudo pós-colonial dentro da academia francesa ainda é uma teoria marginalizada (Bancel & Pascal, 2017), tendo somente visto propriamente seu desenvolvimento em meados dos anos 2000<sup>5</sup>. As alas mais conservadoras da academia francesa apontam que os pós-colonialistas encontram impactos do colonialismo em todas as esferas da sociedade (Bancel & Blanchard, 2017).

A mentalidade hierarquizada, resultado do colonialismo, coloca a França como um retrato para o estudo de movimentos pós-coloniais. As relações desempenhadas no período da dominação institucionalizada foram de submissão do nativo das colônias, de transformação desses indivíduos em meros instrumentos de força para produção (Césaire, 2000). O “ser nacional” francês foi afetado pela lógica colonial, assim como o “ser argelino”, o “ser marroquino” ou o “ser tunisiano”, pois todas essas concepções foram construídas sobre relações assimétricas no vínculo entre colonizador e colonizado. Quando, na atualidade, grupos advindos de diferentes ex-colônias francesas migram para a França, ou quando há nacionais franceses que possuem essa descendência, ocorre uma resistência da população local que se considera “de origem” (Bertossi, 2007), ou de “primeira categoria”, em aceitar as identidades desses cidadãos, colocando esses “novos” nacionais franceses em uma categoria de nacionais marginalizados. Situação que confronta o ideal francês republicano de igualdade. Tendo em vista uma maior compreensão do caso francês, apresentaremos, a seguir, o modelo de integração adotado pela França.

---

<sup>5</sup> Em 2005, Bancel, Blanchard e Lemaire publicaram a obra pós-colonial “*La Fracture coloniale*”.



## O processo de integração de imigrantes na França

Partindo do princípio de que o bom funcionamento de uma sociedade é garantido também pela existência de políticas de integração da população imigrante e de seus descendentes, Dominique Schnapper (2008) reitera a necessidade da realização de políticas de integração para diminuir a probabilidade de problemas relacionados à má integração – como desigualdades em dimensões como habitação, emprego e educação, além de evitar revoltas da população. Apesar de ser implantada pelo Estado, a dinâmica do processo de integração envolve toda a população, e o “problema dos imigrantes” é um problema da sociedade nacional em geral (Schnapper, 2008).

Ao analisarmos o método francês de integração percebemos que o país se aproxima de políticas de assimilação (Schnapper, 2008), que o modelo francês pode ser enquadrado no espectro de um modelo de integração republicano. Isso se deve ao fato do sistema adotado pela França estar intimamente ligado aos princípios instituídos pela República Francesa, como a importância da identidade nacional, das esferas pública e privada bem delimitadas e das virtudes cívicas de um “modelo de cidadania” (Bertossi, 2007). As políticas de integração francesas estão estruturadas na ideia da nacionalidade francesa, em si mesma, como um motor para a integração.

De acordo com a lógica francesa, a coesão do corpo nacional é fundamental para a manutenção da nação, logo todos os cidadãos são tratados igualmente pelo Estado, sem distinção de origens históricas, religiosas e culturais. O pensamento francês acredita que aplicar políticas específicas na esfera pública para grupos que têm suas especificidades em suas esferas privadas significa abandonar o que se concebe como igualdade para todos os cidadãos.

### Breve histórico: a europeização da integração

Entre 1918 e 1975, principalmente no Período Entreguerras (1918-1939) e no período conhecido como Trinta Gloriosos<sup>6</sup> (1945-1975), a França passou por diferentes ondas de imigração, recebendo contingentes populacionais de variadas regiões, desde países europeus em crise como Itália, Espanha e Portugal (as migrações datam desde a década de 1940), para, em seguida, receber migrantes de suas colônias, principalmente da Argélia. Desta forma, as políticas de integração francesas apresentam um longo histórico (Wihtol de Wenden, 2011). Os imigrantes chegavam ao território francês com o objetivo de servir como força de trabalho,

<sup>6</sup> Período em que a França apresentou um crescimento impressionante e constante e que acarretou em sua entrada na sociedade de consumo, junto de outros países do ocidente. Mais informações em: [https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Trente\\_Glorieuses/185974](https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Trente_Glorieuses/185974); acesso em 23/07/2019.

motivo pelo qual o Estado não se esforçou em criar políticas de acolhimento duradouras à época. Assim, as políticas iniciais eram meramente assimilativas de urgência dessas populações, como a recepção legal e jurídica, a alfabetização e a moradia (Wihtol de Wenden, 2011), para garantir minimamente a inserção destes grupos na sociedade à qual eles serviam.

A permanência desses grupos populacionais, especialmente os vindos de ex-colônias, dentro do território francês surpreendeu tanto o governo do país como a sociedade francesa como um todo (Bertossi, 2007), causando um desgaste do modelo de integração preexistente, que não possuía bases desenvolvidas. Isso ocorreu quando, a partir de meados dos anos de 1970, houve uma mudança no perfil da migração. A França, seguindo outros países da Europa, interrompeu seu fluxo de mão-de-obra ao encerrar seus programas migratórios laborais em razão de um contexto econômico mais estável, e tornou possível somente a imigração com propósito de reunificação familiar<sup>7</sup>. Foi então que a reunificação se tornou responsável por permitir a entrada das famílias daqueles imigrantes já instalados na França. Esses imigrantes não chegavam mais como somente trabalhadores, mas se instalavam em grupos familiares. Quando se iniciou a socialização das crianças imigrantes em território francês e começaram a nascer cidadãos franceses com origem imigrante, as questões antes tratadas somente como questões migratórias se tornaram questões de minorias étnicas no país (Bertossi, 2007), o que demandou mudanças nas formas de conduzir o assunto.

As políticas de integração francesas, que antes seguiam somente necessidades emergenciais, ganharam um reforço a partir da década de 1980, com a instituição das Zonas de Educação Prioritária (ZEP), zonas essas que aplicavam políticas públicas mais específicas em regiões com maior vulnerabilidade social dentro do país, como as periferias das cidades e regiões rurais. Ao final dessa década também já havia sido criado o *Haut Conseil à l'Intégration* (HCL)<sup>8</sup>, que definiu a integração feita pela França como um processo que integraria indivíduos, não considerando os grupos de diferentes origens étnicas (Bertossi, 2007). Além disso, no final dos anos 1980, diversos grupos de movimentos sociais que demandavam maior igualdade já haviam surgido, a exemplo do *SOS Racisme*, em 1984, que foi criado com o propósito de lutar pelo fim da discriminação racial.

<sup>7</sup> Como afirma Ennaji (2010), a reunificação familiar foi utilizada como uma política para integrar de forma mais fácil esses imigrantes, além de reduzir a quantidade de transferências monetárias da França para os países de origem das famílias.

<sup>8</sup> Conselho Superior de Educação, em tradução livre.

A partir da década de 1990, com o Tratado de Amsterdam<sup>9</sup>, assinado em 1997, começa a ocorrer o que Wihtol de Wenden (2011) chama de “europeização das políticas de integração”. O tratado demandava medidas anti discriminação dentro da comunidade dos países europeus ao insistir que os países tomassem as medidas necessárias para combater as discriminações (União Européia, 1997), o que normatizou de certa forma o tratamento dado aos cidadãos, de origem imigrante ou não. Essa convergência das políticas adotadas pelos Estados da Europa cria uma aproximação política ao fabricarem padrões de comportamento, mesmo que os modelos de integração de cada país possam variar em certos aspectos.

### **A integração pelas escolas e o Estado laico**

Duas esferas são fundamentais para a compreensão do modelo de integração adotado pela França: as escolas e a laicidade do Estado. As escolas detêm o papel de disseminação da estrutura do pensamento republicano francês para toda a população socializada no território, sendo laicas e proibidas de se manifestarem sobre questões que envolvam política ou religião. A laicização desse espaço público que é a escola, assim como a laicização da República francesa como um todo, teria a intenção de criar um local neutro, uma vez que esse local constitui a esfera pública (Gautherin, 2014) e deve, portanto, prezar pelo todo social.

Através do ensino laico e da dominância da língua francesa para o seu desenvolvimento, o modelo escolar francês pretende respeitar o pluralismo religioso, com a intenção de não adotar publicamente uma religião na sociedade. Wihtol de Wenden (2011) também afirma que dentro da lógica francesa para manutenção de seus valores, a laicidade possui um papel mais importante do que enfrentar as discriminações.

A criação das ZEP, em 1981, pelo ministro da educação do período, Alain Savary, tinha como propósito a correção de desigualdades sociais através de ações educacionais direcionadas em zonas específicas, como turmas reduzidas, criação de grupos de estudo para competências particulares e outras ações direcionadas, de acordo com as necessidades de cada Zona (Bertossi, 2007). O alvo dessa política seriam as comunidades de origem imigrante, que se concentram nas periferias das cidades, mas também a população francesa como um todo, uma vez que as ZEP não atendem somente os jovens de origem imigrante, seguindo, assim, o modelo republicano.

---

<sup>9</sup> O acesso ao Tratado de Amsterdam está disponível em:  
[https://europa.eu/europeanunion/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](https://europa.eu/europeanunion/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf), acesso em 23/07/2019.

A instalação das ZEP pode ser vista como um momento mais pluralista das políticas de integração republicanas da França, entretanto o modelo seguido pelo país permanece sendo o de assimilação. Essa permanência do modelo pode ser percebida na lei<sup>10</sup> de 15 de março de 2004 que institui a proibição de símbolos e vestimentas que indiquem filiação religiosa dentro de escolas públicas, para, assim, reafirmar a visão da escola como uma instituição da República francesa. Apesar de protestos de grupos organizados da sociedade civil e de grupos de minorias quando a lei foi instituída, a proibição continuou a vigorar<sup>11</sup>.

As escolas constituem, ainda na atualidade, um pilar para o modelo de integração francês, ao apresentarem as bases para o ideário nacional do país, como a consciência de nação, o secularismo e a importância da manutenção da República.

### **As críticas ao modelo da França**

As críticas ao processo francês se referem, principalmente, à integração estrutural desses indivíduos no exercício da vida social francesa. Dominique Schnapper (2008) nota uma diferença nos níveis de integração entre os grupos de imigrantes do período pós II Guerra e de seus descendentes: os primeiros, segundo a autora, foram bem integrados estruturalmente em razão da necessidade do país de força de mão de obra naquele momento, entretanto os aspectos culturais do processo foram deixados de lado; já os descendentes desses imigrantes foram integrados culturalmente, uma vez que a sua socialização ocorreu em território francês, porém tiveram uma integração estrutural fraca, tendo dificuldades em se fixarem no mercado de trabalho, além de estarem concentrados em regiões periféricas das cidades.

Ademais, as críticas ao modelo de integração francês também se voltam para a existência do que Bertossi (2007) denomina “franceses no papel” – nacionais franceses que são descendentes de imigrantes e são vistos de forma negativa por parte da sociedade –, além de apresentarem a falha no modelo de integração pelas escolas e demonstrarem a segregação espacial existente no país. Quando discutimos sobre a existência dos franceses de “segunda categoria”, percebe-se que o modelo adotado mostra-se ineficiente em garantir igualdade para que todos os seus cidadãos desfrutem de sua posição como nacionais quando esses nacionais possuem descendência imigrante (Bertossi, 2007). Isso não significa que esses nacionais se

<sup>10</sup> A lei do banimento de símbolos e vestimentas religiosas em escolas públicas pode ser encontrada em: <<https://www.education.gouv.fr/bo/2004/21/MENG0401138C.htm>> acessado em: 04 out. 2019.

<sup>11</sup> Além de protestos durante o período de aprovação da lei, mais recentemente, em 2013, grupos organizados como o *Parti des Indigènes de la République*, a *Association pour la Reconnaissance des Droits à la Femme Musulmane*, a *Génération Palestine*, o *Collectif Féministes Pour l'Égalité*, e diversos outros coletivos, assinaram em conjunto um texto demandando a revogação da lei do banimento. O texto está disponível em: <<http://indigenes-republique.fr/pour-labrogation-de-la-loi-du-15-mars-2004/>> acessado em: 10 out. 2019.

reconhecem como menos franceses, mas que parte da sociedade descredita o “ser francês” que eles desempenham.

Ainda que tenham nascido ou sido socializados dentro do contexto republicano francês, esses franceses de origem imigrante, que se reconhecem plenamente como franceses, são considerados menos nacionais pela parcela do corpo social que se considera francesa “de origem”, seja por razão da cor da pele ou pelo fato deles professarem a religião muçulmana (Wihtol de Wenden, 2011). Em 2005, uma pesquisa<sup>12</sup> da *Direction de la Recherche des Études de L'Évaluation et des Statistiques* (Drees) relatou que 34% dos imigrantes e 44% dos descendentes de imigrantes entrevistados afirmaram já ter sofrido situações de recusa de direitos ou de discriminação. Além disso, 48% dos imigrantes e 59% dos descendentes entre 17 e 24 anos ouvidos pelo estudo relataram já terem vivenciado reações negativas<sup>13</sup> motivadas pela sua origem. Logo, o modelo não consegue de fato reduzir a estigmatização sofrida pelos imigrantes e por seus descendentes, mesmo que tenham frequentado o mesmo ambiente escolar que deveria garantir igualdade para seus estudantes – como ocorre com os franceses descendentes de imigrantes.

Para efeito de ilustração das desigualdades provenientes das escolas e das instituições “laicas” francesas, podemos observar o que indica uma pesquisa<sup>14</sup> realizada em 2016 pelo *Conseil national d'évaluation du système scolaire* (CNESCO): as Zonas de Educação Prioritária (ZEP) foram concebidas como uma política temporária, que não deveria ser aplicada por tempo prolongado sob risco de criar estigmatização sobre as escolas e sobre os alunos provenientes delas, o que geraria ainda mais desigualdade. Além disso, o estudo de 2016 apresenta o fato da educação prioritária estar associada a uma deterioração do nível dos alunos, uma vez que as “ações específicas” que as ZEP deveriam aplicar de acordo com as necessidades de cada zona não são colocadas em prática. Como afirma o estudo: “longe de constituir uma discriminação positiva, a educação prioritária poderia ter criado desigualdades de tratamento em detrimento dos alunos desfavorecidos” (CNESCO, 2016, tradução livre)<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> A pesquisa “*Le vécu des attitudes intolérantes ou discriminatoires par les personnes immigrées et issues de l'immigration*”, pode ser encontrada em: <<https://drees.solidarites-sante.gouv.fr/IMG/pdf/er424.pdf>> acessado em: 09 out. 2019.

<sup>13</sup> De acordo com os entrevistados, normalmente a cor de pele, a forma de falar e o país de origem das vítimas são os maiores motivadores das atitudes discriminatórias

<sup>14</sup> O trabalho realizado pelo Conselho nacional de avaliação do sistema escolar (CNESCO) pode ser encontrado em: <<http://www.cnESCO.fr/fr/inegalites-sociales>> /; acessado em: 24 jul. 2019.

<sup>15</sup> Tradução livre de: “Loin de constituer une discrimination positive, l'éducation prioritaire pourrait progressivement avoir créé de inégalités de traitement en défaveur des élèves défavorisés” (CNESCO, 2016).

O ensino francês tem os mesmos moldes em todo o país, mesmo nas ZEP, que detêm uma grande quantidade de estudantes de origem imigrante, não considerando características históricas, culturais e linguísticas da bagagem familiar que os estudantes carregam – mantendo o modelo de assimilação. Essas diferenças culturais entre os jovens e o pensamento adotado pelas escolas pode gerar desigualdades no ensino pelo fato desses estudantes não estarem familiarizados com os valores disseminados (Schlegel, 2016).

Ademais, há um problema sistêmico que aprofunda a discriminação que os jovens de origem imigrante sofrem: o próprio princípio da laicidade pode ser questionado. Apesar da proibição de afiliação de instituições públicas a religiões, e recordando que as escolas, instituições públicas, comemoram o feriado de todos os santos – um feriado cristão – nota-se que o “religioso” que não se permite a afiliação muitas vezes tem o significado de “muçulmano” (Wihtol de Wenden, 2011).

Essa discriminação e racismo sofridos pelos imigrantes e seus descendentes têm grande influência sobre a integração deles em níveis escolares e no mercado de trabalho, assim também como em quais locais esses grupos vão residir (Schlegel, 2016), o que aumenta a lacuna existente entre os franceses sem origem imigrante e aqueles de origem imigrante. As ZEP tiveram seu papel para contribuir com a segregação espacial existente nas cidades francesas, pois os locais onde elas se encontram são geralmente considerados zonas “guetizadas” e sofrem estigmatização por serem regiões de maior vulnerabilidade. As Zonas de Educação Prioritária normalmente constituem espaços das cidades que são desvalorizados e com capacidades estruturais debilitadas, e sair de uma região de ZEP é visto como uma forma de ascender socialmente (Prost, 2009).

Além das desigualdades no ensino e na forma como as pessoas de origem imigrante são vistas na sociedade, os efeitos dessa lacuna existente no corpo social francês se manifestam também no espaço onde as comunidades imigrantes se localizam nas áreas urbanas. Bertossi (2008) coloca que o Estado francês contribuiu significativamente, através de sua política, para que houvesse essa concentração geográfica dos grupos de origem imigrante nos subúrbios, os *banlieues*, que estão sempre associados ao fenômeno da imigração, à problemas escolares e ao desemprego.

Apesar da complexidade de incriminar somente as políticas nacionais francesas pela segregação espacial, a polarização social e étnica nas cidades é clara (Prost, 2009). Existe uma diferença nas condições de moradia dos grupos de origem imigrante e na daqueles que não tem essa origem, e essa distinção tem raízes em medidas assimilacionistas da França. Em

decorrência do governo não criar políticas específicas para essas populações, como condições de emprego e de educação, esses grupos se concentram nas áreas que tenham um menor custo de vida – os subúrbios –, o que expõe as distinções dentro do corpo social francês. Mesmo que o Estado se alinhe a uma política de integração de assimilação, que prevê que todos os cidadãos sejam iguais, parte dessa sociedade vive em condições de maior vulnerabilidade. Essa situação nas cidades, somada à discriminação por conta da origem ou de racismo, ocasionam problemas como a marginalização e exclusão massiva, que podem gerar problemáticas sociais como violência nessas regiões e revoltas dos grupos discriminados (Prost, 2009).

A seguir, trataremos da relação entre o modelo de integração francês e o passado colonial da população migrante em uma tentativa de compreender os desafios colocados à comunidade nacional que se forja.

### **A relação entre o modelo de integração estabelecido e o passado colonial**

A França esteve presente no continente africano desde o século XVII, quando o país operava nas plantações das Índias Ocidentais, entretanto o grande período da expansão colonial francesa ocorreu no século XIX, quando ocorreu a invasão da Argélia Otomana e a denominada “partilha da África”<sup>16</sup>. Desta forma, no século XX, por volta de 1930, a França tinha posse de regiões como a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, as ilhas do oceano Índico de Madagascar, Reunião e o Comores, o Magrebe ocidental e Djibuti. A partir de 1950, os territórios coloniais começaram a realizar movimentos de independência, sendo a Guerra de Independência argelina (1954-1962) o mais emblemático e violento conflito de mobilização pela descolonização enfrentada pela França.

Antes da descolonização, durante todo o período colonial, como apresentado por Césaire (2000), a França impôs sua cultura, língua e lógica de produção sobre seus domínios de formas extremamente violentas com o propósito de obter novas fontes de matéria-prima, de mão de obra e também com a intenção de expandir seus mercados. Ao longo do empreendimento colonial, não somente o executado na África, muitos povos foram subjugados e civilizações destruídas, além de ter se estabelecido uma relação hierárquica entre os povos, que acarretou em consequências no imaginário coletivo das sociedades envolvidas (Césaire, 2000). O ato da colonização criou a ideia – tanto nos colonizados quanto nos colonizadores – de que as histórias daqueles povos só teriam tido seu início após a “missão civilizatória” realizada pelo colonizador

---

<sup>16</sup> A massiva expansão das potências mundiais para o continente africano, com a finalidade de exploração, a partir do século XIX.



a fim de “salvar” os povos, o que aprofundou a relação de superioridade em detrimento dos colonizados.

Ainda durante o período colonial, deu-se início aos movimentos migratórios de norte-africanos para a França, quando havia soldados das colônias no exército francês durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e após a Guerra, quando ondas de imigrantes magrebinos com objetivo laboral auxiliaram na reconstrução do país. Após os processos de reunificação familiar, a partir da década de 1970, houve uma mudança no perfil da imigração.

Foi durante o processo de reunificação familiar que a sociedade francesa percebeu que esses grupos não eram temporários como esperado pela política laboral orquestrada pelo Estado. Assim, quando jovens magrebinos começaram a ser socializados no país e quando nasceram crianças francesas de origem magrebina, esse contingente se tornou um problema social. A constatação dessa permanência resulta numa resposta xenofóbica, racista e discriminatória por parte da sociedade de acolhimento, que precisa repensar sua própria existência, ainda mais quando ocorrem situações de choque cultural. A exemplo, pode-se citar a existência de grupos familiares não convencionais e não permitidos na realidade francesa, forjados a partir dos casamentos poligâmicos. Mais que um problema de tradicionalismo familiar, a poligamia implicava em uma nova política estatal para provimento de direitos assegurados aos cidadãos franceses, com altos custos sociais. Foi necessária a criação de uma legislação<sup>17</sup> específica, definindo que os estrangeiros poligâmicos não poderiam requisitar a condição de reagrupamento familiar e que não obteriam a permissão de residência no território francês a partir da promulgação da mesma.

Ao mesmo tempo, as reações xenofóbicas e racistas da sociedade francesa a essa nova realidade do seu corpo social podem ser relacionadas a uma memória colonial ainda presente na mentalidade da população. Como Bancel & Blanchard (2017) ressaltam, o pensamento pós-colonial ainda é marginalizado no pensamento francês, o passado colonial, as hierarquias formadas nele, ainda têm efeitos nos debates existentes sobre diversos temas. Como quando em 2005, anos após os movimentos de descolonização, o governo francês promulgou uma lei<sup>18</sup> que colocava nos programas escolares o ensino de um reconhecimento dos efeitos positivos da presença francesa – do empreendimento colonial – nos territórios no exterior, especialmente no norte da África. A lei foi revogada em 2006 após inúmeras reações negativas de grupos organizados da sociedade civil, de cidadãos, e de reações internacionais. Entretanto, percebe-

<sup>17</sup> Em 24 de junho de 1997 o circular de nº D/97/00104-C legislou sobre a questão dos estrangeiros poligâmicos.

<sup>18</sup> Lei nº 2005-158.

se ainda essa resistência de parte do corpo social francês, notadamente grupos da elite (Bancel & Blanchard, 2017), que ainda mantém um discurso de colonização como “missão civilizatória”.

A fim de ilustrar de forma clara as situações problemáticas e as discriminações impulsionadas pelo modelo de integração republicano francês com relação à população de origem magreбина, dois casos<sup>19</sup> são apresentados: o da Marcha pela igualdade e contra o racismo (1983) e o das revoltas populares dos subúrbios franceses, em 2005.

### A Marcha de 1983 e sua repercussão em 2013

Em 1983, jovens franceses de origem imigrante, majoritariamente magrebinos, cruzaram o país em marcha, de Marselha até Paris, demandando igualdade de direitos e o fim do racismo e da discriminação. A Marcha teve inspiração nos movimentos pacíficos de Martin Luther King nos Estados Unidos e de Gandhi na Índia, e ficou conhecida popularmente como Marcha dos *beurs*<sup>20</sup>, por ser composta por uma maioria de franceses de origem árabe.

A organização da Marcha teve início após um jovem de origem argelina, Tomi Djaïdja, ter sofrido violência policial ao ser baleado por um agente nos subúrbios do sul de Lyon. Após o fato, Djaïdja, unido ao padre responsável pelo distrito, formulou a ideia de uma marcha pacífica que contrastasse com a violência executada pelas autoridades policiais do Estado. Quando saiu de Marselha, em 15 de outubro de 1983, a Marcha contava com trinta e dois manifestantes, contudo, no decorrer da caminhada o movimento ganhou apoio de setores políticos de esquerda, de religiosos, de movimentos sindicais, de intelectuais e da mídia, além de parte da população, chegando à Paris, em 3 de dezembro, com mais de cem mil pessoas. Algumas demandas específicas foram feitas, como a solicitação do direito de voto para imigrantes e a autorização de residência de dez anos, sendo somente a última demanda acatada após reunião com o governo.

Esse movimento de grande escala que foi a Marcha de 1983 só foi possível pois havia uma conjuntura que o sustentava (Césari, 1993). Um dos fatores dessa conjuntura era o acúmulo de frustração que os jovens franco-magrebinos carregavam: essa segunda geração da imigração

<sup>19</sup> Ainda que este artigo foque nos casos específicos colocados, é necessário sinalizar que existiram outros momentos na história francesa nos quais a população imigrante e descendente de imigrante se mobilizou de forma significativa, como nas revoltas de Lyon, em 1981, ou em movimentos que pretendiam ter abrangência similar à da Marcha de 1983, entretanto que tiveram resultados menos bem sucedidos, em 1984 e 1985. Ademais, antes das revoltas dos subúrbios de 2005 outras manifestações de descontentamento de menores proporções já haviam ocorrido nos *banlieues*.

<sup>20</sup> A nomenclatura “*beurs*” era uma gíria utilizada para designar jovens árabes nascidos em território francês.

magrebina, vista como “francesa de segunda categoria”, questiona constantemente o seu local dentro da sociedade, uma vez que esses jovens foram assimilados durante seu processo de socialização nos valores nacionais franceses, mas não são vistos dessa forma pelo resto do corpo social, que os discrimina e ataca de forma racista (Lapeyronnie, 1987). Os jovens franco-magrebins viam na educação uma possibilidade de ascender socialmente, de sair da estigmatização colocada sobre eles, mas mesmo aqueles com escolaridade elevada sofriam discriminações ao competirem dentro da sociedade com os franceses sem origem imigrante (Lapeyronnie, 1987). Essas discriminações acarretaram na emergência de uma divisão entre esses jovens e a sociedade francesa, o que evoca uma memória pós-colonial da existência de um “nós” e um “eles” dentro da nação (Césari, 1994). Pois os jovens com origem imigrante sentiam essa diferenciação de tratamento com relação àqueles sem essa origem.

Outros elementos internos que também possibilitaram a manifestação são: a estruturação da juventude franco-magrebina em associações culturais e sociais que possibilitaram uma maior organização, o momento político de relativa abertura política para pautas marginalizadas com a chegada da esquerda o poder<sup>21</sup>, o apoio da Igreja e de setores políticos de esquerda, incentivados a aderirem ao movimento em razão de uma intensificação dos discursos racistas e xenofóbicos da extrema-direita.

Assim, a mobilização de 1983, a primeira de abrangência nacional, não é de forma nenhuma o surgimento espontâneo de uma ação de jovens imigrantes, ela repousa, ao contrário, sobre laços organizacionais pré-existent e líderes já afirmados (Lapeyronnie, 1987, p. 303, *tradução nossa*)<sup>22</sup>

Como um todo, a Marcha marca a história da população de origem imigrante na França, pois os apresenta como nacionais que almejam ser tratados como nacionais, como agentes dessa situação. O movimento de 1983 politiza um tema ainda não colocado em pauta de forma tão intensa anteriormente, insere a juventude franco-magrebina na cena política francesa e demonstra que esses indivíduos não são partes passivas de uma questão problemática, mas que eles se manifestam (Lapeyronnie, 1987).

Apesar da importância da Marcha para a inserção política dos descendentes de imigrantes, uma pesquisa<sup>23</sup> publicada pela Liga Internacional Contra o Racismo e o

<sup>21</sup> François Mitterrand, o candidato representante da esquerda, foi eleito presidente no ano de 1981.

<sup>22</sup> Tradução livre de: “Ainsi la mobilisation de 1983, la première d'envergure nationale, n'est en rien le surgissement spontané d'une action des jeunes immigrés, elle repose, au contraire, sur des liens organisationnels préexistants et des leaders déjà affirmés” (Lapeyronnie, 1987, p. 303).

<sup>23</sup> A pesquisa da LICRA, realizada pelo Opinionway em 2013, “Les Français et le racisme” encontra-se disponível em: <https://www.opinion-way.com/fr/sondage-d-opinion/sondages-publies/les-francais-et-le->

Antissemitismo (LICRA) informou que 81% de mil e três franceses questionados nunca tinham ouvido falar do movimento. “[...] vista como um ‘evento histórico’, a Marcha não está inscrita no mármore da memória coletiva” (Abdallah, 2013, p. 162, tradução livre)<sup>24</sup>. Esse evento não configura no pensamento da história francesa e uma das limitações sobre os efeitos da Marcha apontada por Boubeker (2013) é o peso do projeto que ela carrega: o movimento porta consigo um projeto multicultural para o corpo social, o que preocupa as elites e aqueles que defendem o modelo de integração republicano (Boubeker, 2013). Apoiar os franco-magrebins significa também trazer para o debate modificações no modelo de integração francês.

As manifestações de 1983 refletiram um momento muito específico e propício do interesse de diversos setores e atores políticos pelo tema dos jovens franco-magrebins, mas quando o foco destes se descolou da causa pela igualdade de direitos desses franceses, o movimento dos *beurs* perdeu fôlego e apoio, o que impossibilitou a inserção de debates sobre políticas que diminuíssem a discriminação na estrutura social francesa.

### As revoltas de 2005

Em pleno outono francês, no final da tarde do dia 27 de outubro de 2005, três adolescentes de descendência norte-africana (Bouna Traoré, 15, Muhittin Altun, 17, e Zyed Benna, 17) foram eletrocutados ao escalarem um transformador de um subúrbio de Clichy-sous-Bois enquanto buscavam refúgio da polícia. Benna e Traoré faleceram e Altun teve severas queimaduras, mas sobreviveu. Sem toda uma “estrutura ideológica” (Mucchielli, 2009), esse acontecimento funcionou como gatilho para que naquela mesma noite explodissem revoltas dentro dos subúrbios da região, em razão de ter sido mais uma situação de violência, nesse caso com mortes, em que as forças policiais estavam envolvidas.

A revolta começa a se disseminar gradualmente por todos os subúrbios da França já a partir do dia seguinte ao acontecimento, após declarações do então ministro do interior Nicolas Sarkozy que sugeriam uma ligação entre os adolescentes e formas de delito. Isso contrariava a versão dada pelos jovens da vizinhança, que afirmavam que os três adolescentes haviam sido forçados a fugir da polícia e que eles haviam sido “mortos por nada” (Mucchielli, 2009). Além disso, a versão oficial lançada pelo governo, de que os adolescentes seriam suspeitos de um roubo num canteiro de obras, foi desmentida pelo promotor do caso e pelo depoimento de

---

racisme30-ans-apres-la-marche-pour-l-egalite-pour-licra-octobre-2013/viewdocument.html> acessado em: 25 jul. 2019.

<sup>24</sup> Tradução livre de: “[...] voire comme un “événement historique”, la Marche n’est pas inscrite pour autant dans le marbre de la mémoire collective” (Abdallah, 2013, p. 162).

Muhittin Altun, que afirmou que os três voltavam de um jogo de rúgbi quando ouviram as sirenes da polícia e viram outros jovens correndo, como não estavam com suas identidades e um deles tinha um registro na justiça em razão de uma medida educacional, eles se sentiram ameaçados e consideraram que a melhor escolha seria buscar um esconderijo.

Mesmo antes do depoimento de Altun, a situação de revolta nos subúrbios já havia se instaurado. Motivado pela posição do governo, o conflito emergiu sem uma motivação ideológica, foi movido pelo acúmulo de frustração, durou três semanas e escalou gradualmente de Clichy-sous-Bois por todo o país, chegando até a capital (Mucchielli, 2009). Pequenos grupos com grande mobilidade e sem realizar conflitos diretos com a polícia ateavam fogo e apedrejavam veículos e prédios, majoritariamente os ligados ao governo.

As revoltas tornam claras as lacunas de desigualdade sociais existentes no território francês: a juventude francesa de origem magrebina que está nesses subúrbios vive uma realidade onde a discriminação, a exploração e a humilhação fazem parte do cotidiano social (Fassin, 2006). Os casos de violência policial, de racismo e de discriminação são correntes nessa realidade, e em razão do número de violências ilegítimas empregadas, memórias coloniais dos tempos de submissão e exploração são evocadas. Logo, a partir do momento em que o governo, por repetidas vezes, negou a responsabilidade dos agentes do Estado no caso, houve uma “quebra” do limite aceitável de humilhação e discriminação (Fassin, 2006), e então a revolta irrompeu.

Esses franceses que fazem a onda de revoltas, da mesma forma que os franceses da Marcha de 1983, se reconhecem como nacionais franceses e demandam ser reconhecidos como tais pelo resto da sociedade. Porém, também há nesses franco-magrebins uma identidade conflitante em razão dos “múltiplos fragmentos étnicos” (Krishna, 2002) que os formam, uma vez que eles são indivíduos com bagagens históricas, religiosas e culturais pós-coloniais e que estão inseridos numa realidade em que o seu “ser francês” é sempre debatido. Atos como o de 1983 e os de 2005 são respostas a essa contestação da “francesidade” desses jovens franco-magrebins, são eventos que buscar reafirmar a sua identidade e cidadania.

### **Considerações finais**

É perceptível que a concepção do que é a nação para o imaginário francês molda o modelo de integração adotado pelo país. A nação é algo que, antes de tudo, é coletivamente imaginada (Anderson, 2006), e o imaginário francês é o de que somente o modelo assimilacionista garantiria a unidade desse corpo social – mesmo que o governo da França tenha

adotado algumas medidas de cunho diferencial, o seu sistema permanece sendo o de assimilação. Modificar esse modelo republicano é concebido por muitos franceses como uma “quebra” do que eles concebem como identidade nacional, do que eles entendem como uma República una.

Em diversos momentos, o próprio modelo assimilacionista faz perpetuar relações de superioridade e de inferioridade instauradas ainda no empreendimento colonial. E medidas como a integração pelas escolas laicas acabam por intensificar ações racistas, estigmatizantes e discriminatórias em detrimento dos imigrantes e de seus descendentes. Além disso, há segregação espacial, diferenciação no nível de sucesso escolar e, para a geração dos franco-magrebins, uma dificuldade maior no âmbito do trabalho.

Tanto a Marcha pela igualdade e contra o racismo (1983) quanto as Revoltas dos subúrbios de 2005 são eventos-consequência do acúmulo de frustrações nesses jovens franco-magrebins e na população de origem imigrante em geral. Pois a França os socializou como franceses, mas a estrutura social francesa não permite que eles usufruam de sua nacionalidade como os nacionais sem origem imigrante fazem. A revolta que eles carregam existe pois eles são “[...] franceses nascidos na França, que não compreendem que não sejam tratados como o restante dos franceses nascidos na França e que constatarem que essa diferença de tratamento está ligada a preconceitos comuns sobre uma origem na qual são encerrados” (Fassin, 2006, p. 190).

O que podemos perceber é que o modelo de integração republicano francês obtém algum sucesso ao desenvolver a assimilação daqueles de origem imigrante de forma a disseminarem seus valores, concomitantemente ao fato de que há uma resistência da sociedade em conceber a ideia de que a identidade do corpo nacional no mundo moderno pós-colonial é fluida e progressivamente construída (Krishna, 2002). A população francesa com origem nos antigos territórios colonizados apresenta a racionalidade do ideário de uma nação republicana que ecoa da França desde 1789, porém encontra obstáculos à sua plena integração justamente pelo fato de que o pensamento coletivo do corpo social francês ainda sofre de efeitos resultantes do passado colonial violento e hierarquizante.

### Referências bibliográficas

ABDALLAH, Mogniss H. La Marche pour l'égalité et contre le racisme, un événement historique ou un coup médiatique? **Hommes & migrations**, nº 1304, 2013, p. 162-166.

ALDRICH, Robert. **Greater France: A History of French Overseas Expansion**. Nova Iork: Macmillan Education. 1996.



APPADURAI, Arjun. Soberania Sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, 1997, p. 33-46.

BANCEL, Nicolas; Blanchard, Pascal. Un Postcolonialisme à la Française?. **Presses Universitaires de France**, n.72, 2017, p. 53-58.

BEQUE, Marilyne. Études et Résultats: Le vécu des attitudes intolérantes ou discriminatoires par les personnes immigrées et issues de l'immigration. **Drees**, n. 424, set, 2005.

BERRY, John W. et al. Acculturation Attitudes in Plural Societies. **Applied Psychology: An International Review**, n.38, 1989, p.185-206.

BERTOSSI, Christophe. French and British Models of Integration - Public philosophies, policies and state institutions. Oxford, University of Oxford, Centre on Migration Policy and Society (COMPAS), **Working Paper 07-46**. 2007.

BHABHA, Homi .K. Culture's in between. In: BENNETT, David (Ed.) **Multicultural states: Rethinking difference and identity**. Londres: Routledge, 1998, p. 29-36.

BOILLEY, P. Loi du 23 février 2005, colonisation, indigènes, victimisations: Évocations binaires, représentations primaires. **Politique africaine**, v.98, n.2, 2005, p. 131-140.

BOUBEKER, Ahmed. Les Héritiers de la Marche Peuvent-ils S'Exprimer? **Hommes & migrations**, n.1304, 2013, p. 156-161.

BRUBAKER, Rogers. The Return of Assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany and the United States. **Ethnic and Racial Studies**, v.24, n.4, jul. 2001, p.531-548.

CÉSAIRE, Aimé. Discourse On Colonialism. In: PINKHAM, Joan (Trad.). **Discourse On Colonialism**. Nova Iork: Monthly Review Press, 2000, p. 29-78.

CÉSARI, Jocelyne. De l'immigré au minoritaire: les Maghrébins de France. **Revue européenne des migrations internationales** - Mobilisations des migrants en Europe: Du national au transversal, v. 10, n.1, 1994, p. 109-126.

CHOQUET, Sabine. Models of Integration in Europe. Fondation Robert Schuman, **European issues** n. 449, out. 2017.

CNESCO. Comment l'école amplifie-t-elle les inégalités sociales et migratoires? **Rapport scientifique**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnesco.fr/fr/inegalites-sociales/>> Acessado em: 20 mai. 2019.

COUSSEY, Mary, CHRISTENSEN, Elisabeth Sem. Indicators of Integration. In: COUNCIL OF EUROPE, **Measurement and Indicators of Integration**. Bruxelas: Council of Europe Publishing, 1995, p. 15-22.

ENNAJI, Moha. **Patterns and Trend of Migration in the Maghreb**. Middle East Institute Viewpoints: Migration and the Maghreb. Washington: The Middle East Institute, 2010, p. 7-10.



FASSIN, Didier. Conflitos do Outono de 2005 na França. Conferência realizada na École de Hautes Études en Sciences Sociales, em 25 jan 2006. **Tempo Social**, Trad. Paulo Neves, v. 18, n. 2, 2006, p. 185-196.

GAUTHERIN, Jacqueline. Le “Modèle Républicain” en France : un modèle sous tensions. **Histoire, monde et cultures religieuses**, n.32, 2014, p. 43-53.

GELLNER, Ernest. O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 107-154.

GINIO, Ruth; SESSIONS, Jennifer. French Colonial Rule. **Oxford Bibliographies**, fev 2016. Disponível em  
<<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo9780199846733/obo-9780199846733-0029.xml>> Acessado em: 21 mai. 2019.

GIRARD, Christophe; TIN, Louis-Georges. Loi du 23 février 2005, un an d'outrage à la dignité. **Libération**, 24 fev. 2006. Disponível em: <  
[https://www.liberation.fr/tribune/2006/02/24/loi-du-23-fevrier-2005-un-an-d-outrage-a-ladignite\\_31025](https://www.liberation.fr/tribune/2006/02/24/loi-du-23-fevrier-2005-un-an-d-outrage-a-ladignite_31025)> Acessado em: 21 mai. 2019.

HOBBSBAWM, Eric. O Nacionalismo do Final do século XX. In: PAOLI, Maria Celia; QUIRINO, Anna Maria (trad.). **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INA. **Arrivée de la Marche des beurs à Paris**. Disponível em:  
<<https://fresques.ina.fr/jalons/fiche-media/InaEdu01129/arrivee-de-la-marche-des-beurs-aparis.html>> Acessado em: 22 mai. 2019.

KRISHNA, SANKARAN. In One Innings: national identity in postcolonial times. In: CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila (Ed.): **Power, Postcolonialism and International Relations**. Nova Iork: Routledge, 2002, p. 170-183.

LAPEYRONNIE, Didier. Assimilation, Mobilisation et Action Collective chez les Jeunes de la Seconde Génération de L'immigration Maghrébine. **Revue Française de Sociologie**, v.28, n.2, 1987, p. 287-318.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE. **Repères Historiques**. Paris: Gouvernement National, s.d. Disponível em: <<https://www.reseau-canope.fr/education-prioritaire/comprendre/reperes-historiques.html>> Acessado em: 16 mai. 2019.

MORICE, Alain. Les Émeutes Urbaines d'Octobre-Novembre 2005 en France: Comprendre avant de juger. **Pajol**, 2005. Disponível em: <<http://pajol.eu.org/article905.html>> Acessado em: 05 jun. 2019.

MUCCHIELLI, Laurent. Autumn 2005: A Review of the Most Important Riot in the History of French Contemporary Society, **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n.5, 2009, p. 731-751.

PROST, Yannick. L'Intégration des Immigrés en France. **Études**, v.410, n.5, 2009, p. 617-626.

PRUDÊNCIO, Nuno. A Escola Francesa Amplia as Desigualdades Sociais. **Euronews**. 2016. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2016/11/25/a-escola-francesa-amplia-as-desigualdades-sociais>> Acessado em: 19 mai. 2019.

RENAN, Ernest. O que É Uma Nação? In: Conferência realizada na Sorbonne, em 11 mar 1882. **Revista Aulas 02, Dossiê Subjetividades**, Org. Adilton Luís Martins, v. 30, 2006, p. 1-21.

SAWE, Benjamin Elisha. Which Countries Are Located in the Maghreb Region? **Worldatlas**, 2019. Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/articles/which-countries-are-located-in-the-maghreb-region.html>> Acessado em: 09 jun. 2019.

SCHLEGEL, Jean-Louis. La Capacité D'Intégration de la France. **Espirit**, vol. mar.;abr., n.3, 2016, p. 24-27.

SCHNAPPER, Dominique. Intégration nationale et intégration des migrants: un enjeu européen. Fondation Robert Schuman, **European issues** n.90, 25 fev. 2008.

TIBON-CORNILLOT, Michel. Le Modèle Français d'Intégration ou le Défi de l'Immigration Maghrébine. **Quaderni, n.22. Exclusion-Intégration** : la communication interculturelle, 1994, p. 81-107.

TULLY, James. La Conception Républicaine de la Citoyenneté Dans les Sociétés Multiculturelles et Multinationales. **Politique et Sociétés**, v.20, n.1, 2001, p. 123-146.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Amsterdam**, 02. out 1997.

VINCENT, Elise. En France, le "modèle républicain d'intégration" montre aussi ses limites. **Le Monde**, 2011. Disponível em: <[https://www.lemonde.fr/europe/article/2011/02/07/enfrance-le-modele-republicain-d-integration-montre-aussi-ses-limites\\_1476260\\_3214.html](https://www.lemonde.fr/europe/article/2011/02/07/enfrance-le-modele-republicain-d-integration-montre-aussi-ses-limites_1476260_3214.html)> Acessado em: 28 mai. 2019.

WIHTOL DE WENDEN, Catherine. L'Intégration en France à la Lumière de Deux Rapports Récents du Haut Conseil à l'Intégration. **Hommes & Migrations**, n.1294, 2011, p. 18-23.